

A (auto) representação das mulheres periféricas no projeto midiático “Nós, mulheres da periferia”: aproximação com os preceitos da educomunicação

Evelyn Medeiros Kazan

Cláudia Lago

As transformações científicas e tecnológicas, a digitalização da sociedade e a preponderância das redes digitais marcam nossas práticas socioculturais. É impossível ignorar os impactos dessas transformações em nossas vidas, muito menos à vida em comunidade.

As mudanças que a internet propiciou nos aspectos básicos da comunicação, como o princípio da tríade emissor – mensagem – receptor, tornada uma comunicação mais interativa, na qual o emissor se torna receptor e vice-versa, possibilitou que movimentos políticos – sociais identificassem no ambiente virtual uma abertura para as mobilizações, um ambiente propício para as práticas e expressões coletivas, com novas significações e endereçamentos múltiplos (NATANSOHN, 2013), ao viabilizarem um espaço de expressão mais horizontal,

com um maior alcance e fluxo de compartilhamento da informação, tornando possível a construção e o intercâmbio de comunidades/ redes que considerem as diferentes esferas da sociedade: como as diferenças de identidade e localidade. (Abella, 2016; Albu, 2017)

Não foi diferente com os movimentos feministas, que se apoderaram dessas ferramentas na expectativa de criar espaços alternativos de representação, de afirmação e de visibilidade, tornando-se produtores e transmissores de conteúdo. Os espaços virtuais, ao possibilitar o intercâmbio e divulgação de ideias, proporcionam às feministas representação diversas das costumeiras, e o compartilhamento de recursos para o empoderamento de mulheres¹. (NATANSOHN, 2013).

No Brasil, as mídias digitais também representam um instrumento de luta, por meio do ativismo midiático (CASTILHO e ROMANCINI, 2017). Diversos coletivos de comunicação independente² utilizam-se das ferramentas tecnológicas para produzir conteúdos informativos e disputar a narrativa com as mídias hegemônicas, com textos que nos fazem vislumbrar uma comunicação mais pluralista e renovadora. Os atores e coletivos periféricos que colocam as pautas de raça, gênero e classe social no debate público também utilizam destas redes como artifício de luta, representatividade e união, como por exemplo: @pretosdealmapreta, @agenciamural, @periferiaemovimento, @nosmulheresdapreriferia, entre outros.

Nesse estudo exploratório pretendemos fazer uma reflexão sobre a representação e identidade das mulheres periféricas nas mídias digitais, a partir do projeto midiático *Nós, mulheres da Periferia*. Ao mesmo tempo, buscamos pensar as aproximações possíveis deste projeto com os preceitos da educomunicação.

-
- 1 Neste artigo optou por utilizar o termo ‘mulheres’ visando tornar o texto mais fluído, entretanto, não pretende pressupor identidades fixas e estáveis, uma categoria ‘única’ de mulheres.
 - 2 Para saber mais detalhes sobre coletivos de mídia independentes, ver: Mapa do Jornalismo Independente, da Agência Pública.

A escolha desse coletivo se deu pela importância da temática, e por ser um dos coletivos de maior reverberação online³ que trabalha o assunto da representação de mulheres periféricas. Para isso, iniciamos com uma breve explanação sobre o coletivo, trazendo como referência alguns textos que demarcam suas posições enquanto movimento sócio-político, especialmente sua identificação *do que significa ser mulher na periferia*. Por fim, apontamos as afinidades dos conceitos da Educomunicação com as ações e falas do coletivo.

Nós, Mulheres da Periferia

O coletivo é formado por mulheres⁴ comunicadoras que nasceram, cresceram e ainda moram nas periferias, de Norte a Sul da cidade de São Paulo. Essas mulheres se propõem a criar, por meio das redes sociais e do site, ambientes que possam minimizar a falta de representatividade dessa população na imprensa, a partir de diferentes formatos comunicativos (jornalismo investigativo, literário, artístico e audiovisual) e com uma linguagem autoral, próxima, acessível partindo das suas próprias vozes e experiências.

O grupo objetiva ser principalmente o meio, o veículo, que coloque as mulheres periféricas em destaque, problematizando os preconceitos e os estereótipos limitadores dessas mulheres e, ao mesmo tempo, informando e divulgando ações e possibilitando espaços de visibilidade, de produção de conhecimento autoral, de fomento à memória ao reunir histórias e experiências. As autoras assumem como fio condutor editorial a relação entre gênero, raça, classe e território.

3 O coletivo possui, no momento da produção deste estudo (set/2018), 27.900 curtidas no facebook. Para termos base de comparação da sua influencia numérica, utilizaremos a Rede de Jornalistas da Periferia, que é uma Rede de comunicação popular formada por pessoas e coletivos que são e atuam a partir das periferias de São Paulo, na qual o coletivo Nós também esta inserido, possuindo 5.669 curtidas no facebook

4 Aline Kátia Melo, da Jova Rural, zona norte de São Paulo; Bianca Pedrina, de Carapicuíba, Grande São Paulo; Jéssica Moreira, de Perus, zona noroeste; Livia Lima, de Artur Alvim, zona leste; Mayara Penina, de Paraisópolis, zona sul ; Regiany Silva, da Cidade Tiradentes, zona leste; e Semayat Oliveira, da Cidade Ademar, zona sul.

Mulheres periféricas: Quais identidades e de que sujeitos falamos?

Antes de iniciar a análise sobre as representações que o coletivo “Nós, mulheres da periferia” faz sobre si mesmas e por consequência sobre seu público alvo, acredito ser de extrema importância relatar que me insiro no universo pesquisado, pois sou uma mulher periférica e ativista por melhores condições sócio- culturais na periferia de São Paulo, embasada no paradigma da educação. A temática, portanto, é cara para mim. Sendo assim, ao anunciar o lugar de onde falo busco trazer, a partir das minhas experiências, as diferentes perspectivas e olhares sobre a sociedade na qual me insiro.

Retratar o que é esse sentimento de se morar na periferia, de ser uma mulher periférica, não é uma tarefa fácil. Jessica Moreira, integrante do coletivo Nós, buscando ilustrar essa experiência de ser um sujeito periférico, produz uma reflexão sobre o filme Pantera Negra, um super-herói negro, e realiza uma comparação das periferias brasileiras com Wakanda, nação africana fictícia do filme.

(...) Mas Wakanda também é, simbolicamente, a periferia e fez vibrar em mim o sentimento de fazer parte de uma “comunidade”. Pois Wakanda é quase aquela casa onde você construiu suas raízes e sabe que pode encontrar o acolhimento que precisa, mesmo depois de algum voo longo. Wakanda é onde seus ancestrais construíram as histórias e memórias que podem te fortalecer para continuar vivendo e enfrentar as adversidades que ainda é ser uma pessoa periférica, ou “wakandeiro”, neste caso.⁵

Assim, a periferia, a partir da fala da autora, aparece como sendo um lugar de pertencimento, um lugar de luta, de memória e resistência. A localidade geográfica deixa de ser a característica principal que define o sentimento de comunidade que descreve em seu texto. Conforme Peruzzo (2002) mesmo à distância pode-se ter esse sentimento de pertença e confiança por não se trata apenas de questão geográfico/ territorial, mas sim, de elementos de ordem cultural, histórica, jurídica, política, econômica, etc.

5 Matéria completa em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/panteira-negra-e-wakanda-que-existe-em-cada-periferia/>

De acordo com Stuart Hall (2006), os sujeitos pós-modernos são indivíduos fragmentados, desprovidos de uma identidade fixa, compostos por várias identidades que são transitórias e mutáveis. Sendo assim, a vivência no bairro, no território, entendendo esta convivência não como formas, mas como “objetos de ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994), forma e transforma este sujeito continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Nesse contexto, pensar as marcações que intersectam a produção das identidades das mulheres periféricas no cenário contemporâneo é percorrer caminhos descontínuos e complexos, de múltiplas categorias e definições. A partir do deslocamento do pensamento hegemônico, da ressignificação das identidades sejam elas de raça, gênero, classe, religião ou território e da construção de outros e novos lugares de falas. (LIMA, s/d; RIBEIRO, 2017)

Mulheres periféricas: negritude e violência.

A invisibilidade das mulheres periféricas, no âmbito social, cultural e das políticas públicas é reforçada pela falta de representação nas mídias hegemônicas, ao retratar estas mulheres de forma universalista, em uma abordagem superficial, reduzindo-as ao lugar geográfico em que estão inseridas. Tendo estas mídias a tendência de estigmatizar, de apresentar as mulheres periféricas quase sempre construídas também como mulheres negras, como um ser objetivado que não possui conhecimento/saber, com a sexualidade aflorada, como uma mulher encenqueira, durona (inabalável), como vítima ou protagonista de delitos e de crimes. Em entrevista para o Blog Mural da folha de são Paulo, em 2015, o coletivo “Nós Mulheres da periferia” relata como elas enxergam esses estereótipos, essas representações, das mulheres periféricas pelas mídias:

(...) é retratada de forma genérica, estereotipada, estigmatizada, apenas por ser da periferia. Por sua localização geográfica, acreditam que ela se expressa, fala e se veste apenas de uma forma. Os meios de comunicação de massa ou grande mídia, como dizemos, traz em seus anúncios, novelas e comerciais um único tipo de mulher da periferia, sempre é a empregada doméstica ou a piriguete.

Somos empregadas domésticas, sim, somos também piriguetes, mas somos várias outras também. Somos a mãe, a tia, a irmã, a mulher guerreira desde o nascimento. (...) A periferia é composta por pessoas muito diversas e, pelas dificuldades todas que passam, muito criativas. (...)⁶

A partir desses recortes da entrevista citada é possível identificar alguns dos diversos preconceitos e opressões que o coletivo identifica que estas mulheres possam vivenciar, e para realizar uma discussão sobre feminismo na periferia, se faz necessário pensar a partir dos diferentes contextos históricos, invertendo o contexto de invisibilidade das mulheres tradicionalmente deixadas à margem.

“Somos maioria. Somos minoria. Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena. (...) Somos as mães que trabalham para as filhas estudarem. Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola. Somos operárias, empreendedoras, manicures, jornalistas (...). Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmitta. Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido. Somos amor, perdão, paciência, doçura, fortaleza. Somos esperança. Somos Nós, mulheres da periferia”. (manifesto, “Nós, mulheres da periferia”)⁷

Esse compilado do manifesto do coletivo “Nós, mulheres da Periferia” exemplifica de onde parte os questionamentos que o “Nós” realiza em suas mídias: em relação ao lugar representativo dessas “mulheres periféricas” na sociedade. Por meio de frases auto afirmativas enquanto grupo e com o intuito de gerar representatividade, as autoras tentam quebrar a barreira da universalidade da “mulher”, explicitando os múltiplos marcadores/ categorias sociais que inter-

6 Entrevista completa em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2015/03/08/ser-mulher-e-ser-da-periferia-e-pelo-menos-duas-vezes-mais-dificil-diz-coletivo/>

7 Acesso ao manifesto completo do coletivo em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>

cruzam a construção das identidades desses sujeitos, como: raça gênero, questões socioeconômicas e a noção de território/ localidade, em um claro apontamento sobre a interseccionalidade (CRENSHAW, 2000)

Partindo disso, do recorte feito pelo coletivo, que fala especificamente de e para as mulheres periféricas, apontando para a sua multiplicidade, por meio de dados⁸ representam-se como majoritariamente negras.

“Das senzalas para as bordas do país. Nós, mulheres da periferia, somos majoritariamente pretas. Estamos na beira da beira dos direitos, lá onde a dor passa do singular para o plural e a força particular encontra a coletiva. (Texto: O quanto somos negras, no site do coletivo)

Por conta dessa fala, achamos importante trazer à tona o pensamento de Bairros (1995) sobre as categorias mulheres negras, quando enfatiza que não existe uma identidade única, sendo esta categoria construída a partir da “expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)” (BAIROS, 1995, p. 461). Destacando que as experiências de opressões, não são somadas, : uma mulher negra trabalhadora, “não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista”. (BAIROS, 1995, p. 461)

Desta forma, a insegurança, a violência contra as mulheres da periferia é produto da combinação de múltiplas formas de discriminação, baseadas em sistemas

8 Utilizam como base os dados do PNAD de 2011 mostrando que a população brasileira é predominada por mulheres, 100 milhões, sendo que metade delas são declaradas negras, pretas ou pardas. Entre essas 39,8% estão em situação de pobreza e 26% das famílias que habitam domicílios urbanos em favelas são liderados por elas. Semayat S. Oliveira, autora do texto: O quanto somos negras (no site do coletivo), ainda questiona sobre a importância de se atentar sobre a possibilidade desses números serem ainda maiores: “fica a imaginação e a vontade de contabilizar as morenas claras, morenas escuras e moreninhas que ainda firmam o pé no processo de identidade racial”.

de desigualdades que se retroalimentam – sobretudo de gênero, raça, etnia, classe e orientação e identidade sexual. Segundo o *Dossiê Violência contra as Mulheres*, em diversos países, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas. No Brasil, raça e etnia são elementos fundamentais para a compreensão e enfrentamento ao processo de violação de direitos das mulheres, dentro e fora de casa.

Sendo assim, ser pobre e negro no país é uma violência avassaladora em termos materiais e físicos, mas é também uma violência simbólica invisibilizada, naturalizada e silenciada (Sousa 2009). E o coletivo “Nós, mulheres da periferia”, ressalta isso em diversos textos em seu site, como por exemplo, no texto que fala sobre a prisão de Rafael Braga e seu impacto nas mulheres periféricas:

(...) “Se a justiça está fazendo isso com o Rafael Braga, que é um caso de visibilidade, o que a sociedade não deixa de ver com os corpos negros na periferia, ainda mais nós, mulheres, que estamos ainda mais vulneráveis?”, refletiu Jéssica Tavares, 24, moradora de São Bernardo do Campo, que também acompanhava a vigília. (Texto “Como a prisão de Rafael Braga também afeta as mulheres negras na periferia”, de Jessica Moreira)⁹

Esse questionamento sobre o corpo feminino periférico que fica exposto, desprotegido, desamparado, é necessário para se repensar a construção da identidade da mulher negra para além do olhar do discurso civilizador ocidental, que a definiu como selvagem, perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, que por ser diferente, era permitido submetê-la às violências (FERREIRA e HAMLIN, 2010). Complementando essa visão, Lélia Gonzales, ao argumentar sobre os efeitos violentos do racismo e o sexismo na vida da mulher negra, aponta para a formação do ‘papal’ da mulher negra atribuído na sociedade :mulata, doméstica e mãe preta. Gonzales afirma que apesar das mudanças

9 Texto completo em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/como-a-prisao-de-rafael-braga-tambem-afeta-as-mulheres-negras-na-periferia/>

dos termos, as discriminações continuam, legitimando o mito da democracia racial. E é a partir do histórico racista e sexista que se inserem os mais diversos de tipos de violência que atingem mulheres negras principalmente:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (González, 1983, p.9)

Nesse aspecto, os relatos que os textos que o coletivo “Nós, mulheres da periferia” traz de mulheres que habitam as favelas e periferias de São Paulo, ultrapassam a necessidade de se trabalhar, de se olhar, a multiplicidade de diferenças que marcam corporalmente essas mulheres, que sofrem com a dominação branca elitista e que trabalham todos os dias para sustentar sua família: denunciam os descasos e as violências que mulheres podem sofrer durante a vida.

Outro ponto que devemos destacar é a naturalização de violência sexual que é cometida contra mulheres negras e indígenas. Utilizando como apoio Sueli Carneiro (2009) ao dizer que as mulheres negras escravizadas foram alvos constantes da violência sexual, constituindo um mecanismo inseparável da dinâmica opressiva que engendrou o trabalho escravo nas Américas, Santos (2016) complementa esta visão ao afirmar que o corpo da mulher negra “passou a ser relacionado a representações de acessibilidade e subordinação sexual, ao mesmo tempo em que os estereótipos racistas consolidaram a figura delas, enquanto um coletivo, como uma identidade de objeto” (SANTOS, 2016, p. 22).

Essa objetivação do corpo da mulher negra, “marca o lugar de significação da diferença, e representada como a alteridade radical contraposta à figura do homem branco, vinculado à mente e à racionalidade”. (SANTOS, 2016, p.16) Destaca-se aqui a importância do papel do coletivo ao tentar romper com esse

pensamento hegemônico onde as diferenças são oprimidas e invisibilizadas, possibilitando que as mulheres negras sejam desvinculadas desse estereótipo corporificado e ligado ao não pensar (HOOKS, 1995).

Pode-se dizer assim, que as mulheres negras, mulheres periféricas, diante das múltiplas formas de opressões e preconceitos que vivenciam, enfrentam a violência sofrida de forma diferente da mulher branca das camadas dominantes, pois aquelas partem de outros locais, de outras vivências, partem das interconexões das suas diversas formas de opressão, de onde elas se intersectam. (SANTOS, 2016, p. 22). Com base nessa visão, entende-se que as desigualdades são operadas por meio da “racialização” de modo inflexível e complexo, excluindo esses grupos corporalmente marcados.

Educomunicação e conclusão

Possibilitar espaços de mídia que apontem para “lugares” em que mulheres marginalizadas tenham suas falas é necessário para que haja um rompimento da invisibilidade, da tentação da universalidade e uma possível ressignificação das identidades.

“Assim como Queila, nós, e tantas outras mulheres das periferias, tivemos nossas vozes historicamente subalternizadas, caladas, ignoradas. E apesar de alguns avanços, somos a parcela da sociedade que ainda precisa lutar para exercer o direito de se manifestar e se posicionar por si mesma.

A periferia é preta, na cor, e na história ainda não contada sobre como é sobreviver a uma cidade tão racista quanto São Paulo. Foi nas bordas dessa metrópole que nossas famílias se instalaram, enquanto o centro branco as expulsava. É aqui que permanecemos e começamos a contar não apenas a história de crueldade contra o nosso povo – onde o genocídio da juventude negra ainda é uma realidade – mas as narrativas escondidas das memórias ancestrais. (...) recentemente, a palavra periferia tem sido muito referida como discurso, contexto, reflexão e debate, em diversas esferas, sejam elas políticas, econômicas, raciais ou de gênero. Porém, essa análi-

se é realizada em grande parte por meio de pessoas convidadas e que são referências, sobretudo acadêmicas. São levantados dados, realizadas projeções, elaboradas diversas hipóteses, mas, na maioria das vezes, elas não emergem da própria consciência e produção das mulheres da periferia. (“Voz ela já tem, meu bem! São ouvidos que ela quer”: o que as mulheres da periferia têm a dizer sobre si mesmas)

Os trechos exibidos acima expõem a relevância do ato de terem espaços de ‘fala’, do fato desse coletivo empenhar-se em se auto definir e se auto avaliar como mulheres marginalizadas, como mulheres periféricas, para se deslocar o pensamento hegemônico e construir novos espaços de visibilidade, voz e reconhecimento. Patrícia Hill Collins (2016) argumenta que as mulheres negras ao fazerem o exercício de autorreflexão fortalecem a comunidade que representam e possibilitam um distanciamento do pensamento da norma colonizadora, ressignificando as identidades, viabilizando novos olhares e lugares:

“(...)definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista auto-definido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. (Collins, 2016, p. 105)

Desta forma o coletivo, ao propor um trabalho de auto definição e a auto avaliação das mulheres negras e periféricas, de forma mais plural e integradora, pode atenuar o dano potencial à autoestima destas mulheres no exercício diário de “rejeitarem opressão psicológica internalizada”. Entendendo que ao se autodefinirem, validam-se enquanto sujeitos humanos, ao enfrentarem a visão colonial. (Collins, 2016, p. 104- 106)

A partir da visão do paradigma da Educomunicação¹⁰, pensamos práticas de comunicação dialógicas reflexivas, como a do “Nós Mulheres da Periferia”, que utilizam o potencial midiático com o objetivo de descolonizar as nossas narrativas, estéticas e valores, para que se desmistifique o processo comunicacional. Práticas que possibilitam aos sujeitos a desconstrução de estereótipos construídos pelas mídias, ao utilizarem ferramentas que permitem a esses sujeitos serem “mídia”, produzirem conteúdo e não apenas consumir mensagens, mas também participar e produzir, tornando-se “comunicadores” conscientes.

Entendendo ainda este ato de comunicar novas narrativas e vivências, a partir do lugar situado do sujeito, como ato político, como um processo formativo da construção da identidade do sujeito livre e autônomo. A partir do pensamento de Cecília Peruzzo, entendemos que o trabalho realizado pelo coletivo pode possibilitar o tornar-se cidadãs para estas mulheres na atualidade, pois este ato de apropriação das tecnologias insere uma multiplicidade de vozes e locais nas mídias, e ao tratarem da questão do feminino, ampliam a capacidade dos indivíduos de proporem suas demandas, necessidades, seus anseios na esfera pública.

Essas mudanças que o coletivo promoveu nos espaços sociais simbolicamente representados pelas mulheres da periferia nas mídias se tornou viável devido ao acolhimento destas em sua plenitude e complexidade, sem reduzi-las à categorias estereotipantes, um constante exercício de alteridade, que se estabelece numa relação dialógica. Entendendo esta a partir do pensamento de Paulo Freire (1987) ao pontuar que o ato de dialogar, de se pronunciar, é uma ação transformadora, sendo o momento do encontro e da troca, um ambiente

10 Definido pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP) da ECA-USP, em pesquisa de 1997-1999, como: “O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas com o uso dos recursos da informação nos processos de aprendizagem. Tem como essência a intencionalidade educativa e como meta o pleno exercício da liberdade de expressão dos atores sociais”.

de respeito e solidariedade, criando um ambiente horizontal de escuta e fala. Segundo Freire (1987, p.80):

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo.

Assim, o diálogo possibilita pensar ações transformadoras que valorizem a singularidade do “eu” e do “outro”. Sendo o diálogo essencial no processo educ comunicativo e as tecnologias pensadas como um meio facilitador do diálogo. Pode-se pensar nas formas como as autoras do coletivo trabalham com a questão (auto) representativa das mulheres periféricas, dialogando com diversas vivências e narrativas, rompendo o estigma da periferia que a mídia hegemônica impõe, dando voz e sendo essas vozes das mulheres periféricas, como mulheres guerreiras, mulheres de luta ao relatar seus cotidianos, dando a essas mulheres a possibilidade de existir, ao possibilitarem um espaço para a fala atenta. Quebra o espaço silenciado estruturalmente pelas condições sociais e possibilitam que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas não mais como subalternizadas.

Neste breve e sucinto estudo explanatório do corpus “Nos Mulheres da Periferia”, a partir de suas publicações online, percebe-se uma aproximação dos preceitos da Educomunicação nas ações do coletivo, ao ter como base a busca da qualidade no processo comunicativo, entendendo esta, como um processo educativo/formativo, utilizando-se como suporte os mais variados veículos comunicacionais, os quais possibilitam ao indivíduo (leitor e produtor), um exercício de leitura crítica sobre os meios e ao mesmo tempo o empoderamento, não apenas tecnológico, com o direito à informação, o direito de ser “mídia”, mas também, o de empoderar-se ao se expressar, ao criar uma relação dialógica em todos os espaços comunicativos/educativos, nos quais está em constante contato. Encoraja esse indivíduo ao próprio exercício de cidadania, de forma democrática e colaborativa.

Referências

ALBU, Debora. **Ciberfeminismo no brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

ALCOFF, Linda. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Sociedade e Estado. Brasília, n.1,v.31,jan./abr.,2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21425/15326>>. Acesso: 24 mai.2018

BAIRROS, Luíza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO, 2001, Durban. Anais. p. 1-6. Disponível em: <http://latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf>.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. **Minas de Luta: Cultura do quarto virtual nas ocupações das escolhas públicas em São Paulo**. In XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_TOHPEE9JM7GX9_ZQ6BKOR_26_5315_12_02_2017_12_55_55.pdf>. Acesso em: 09.jun.2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, Jan/Abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 30.jul.2018

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra – 29ª edição.

GONZALEZ, Léila. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1123062368/name/RACISMO+E+SEXISMO+NA+CULTURA+BRASILEIRA.pdf> Acesso em: 30.jul.2018

HERMANN, Nadja. **A questão do outro e o diálogo**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2014, vol.19, n.57, pp.477-493. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000200011>. Acesso em: 04 set. 2017.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

LIMA, Ana Nery Correia. **MULHERES MILITANTES NEGRAS: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**. II CONINTER- Congresso Internacional In-

terdisciplinar em sociais e humanidades. s/d. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro.pdf> Acesso em: 30.jul.2018.

NATANSOHN, Graciela. **Que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero?** In: NAHANSOHN, Graciela (Org.). Internet em código feminino. Teorias e práticas. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujia, 2013, p.15-38.

RIBEIRO, D. **O que é: Lugar de fala?** Belo horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, M. (1994). **O retorno do território.** In: Território: globalização e fragmentação (pp. p.155-16). São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: experiências, vivências e ativismos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico.** Revista Gênero, Niterói, v.16, n.2, p. 7- 32, 1.sem. 2016.

SOARES, I. d. (jan/mar de 1999). **Comunicação / educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais.** Revista Contato, Ano 1, Nº 1, p. 19-74.

PERUZZO, C. (2006). **Rádios Comunitários: entre controvérsias, legalidade e repressão.** In: J. MARQUES DE MELO, M. C. GOBBI & L. SATHLER. Mídia Cidadã: utopia brasileira. p.183-192. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.